

# O direito virou um futebol

**WALTER CENEVIVA**

Da equipe de articulistas

A Constituinte é importante, mas devo reconhecer quando um assunto mais importante se impõe ao comentarista. Guarani? Corinthians? Que pode haver de mais relevante se comparado à finalíssima? Neste país de contrastes a noção dos valores preponderantes atinge todos os extremos das alternativas possíveis. País em que um time do povão atende pelo estranho nome inglês de Corinthians. País de gente subalimentada em que outro clube popular se denomina Atlético. Terra de vigoroso impulso constituinte nacionalista em que uma típica agremiação da massa é o Internacional.

Corinthians e Guarani dão um toque maniqueísta. Ou é um ou é o outro. O jurista assiste, aflito, o futebol do direito em elaboração, muito truncado por entreveros que dificultam o desenvolvimento do "jogo". Sarney ou Ulysses marcarão o gol do texto constitucional. Se os dois mantiverem viva sua chama de brasilidade farão como dois times cansados nos últimos minutos de um jogo empatado: concentrarão todo o pouco esforço possível em manter o empate. Nem um e nem outro.

Tenho insistido em que a futura Constituição dará a regra do grande jogo nacional. Saberemos o novo fundamento do Direito escrito, lendo a Carta Magna. O debate atual tem

um aspecto muito positivo, pois difunde o conhecimento do lado jurídico das coisas. Conhecer a lei é imprescindível, ao menos em seus itens essenciais. Quando Neto marcou um gol de bicicleta, o ponto valeu porque não havia alguém do time contrário por perto, que ele pudesse atingir. Se houvesse, seria jogo perigoso. Todos perceberiam a falta, no curso do lance. A avaliação partiria de um dado evidente, qual seja o conhecimento preciso da regra do futebol. Conhecimento contrastante com a ignorância do direito garantido pelas normas constitucionais.

Reconheço (como o faz Eduardo Lima de Arruda Júnior no interessante ensaio "Advogado e mercado de Trabalho", Julex Livros, 189 páginas) que após os anos 60, com o advento da "escola de massas", a grande maioria dos bacharéis deixou de fazer parte das classes dominantes ou dirigentes. Todavia, ainda assim, penso que todos os que exercem profissões vinculadas a um grau universitário —talvez um por cento da população— têm o dever especial de difundir o conhecimento do jogo jurídico-político contido no Direito, até mesmo para lhe apontar os defeitos e as injustiças. Com frequência não cumprem esse dever. Muitos entendem que a tarefa cabe aos governos, o que é um grande erro. A tarefa é de nós todos, como especial encargo dos pouquíssimos

que puderam alcançar melhores níveis de conhecimento, no conjunto da comunidade nacional.

Guarani? Corinthians? Sarney? Ulysses? Importa mais, quando se pensa na história deste Brasil, a certeza de que se a regra do jogo for ignorada e se faltar meio adequado para impor seu cumprimento nada funcionará. Nem o futebol. Nem o país. No futebol a confusão tem sido grande, por causa de sua mistura com a política. Na política a confusão tem sido grande, porque as dissidências e os desencontros, transformaram a criação do novo direito constitucional brasileiro num verdadeiro futebol.

As dissidências e os desencontros são úteis quando voltadas para o superior interesse do país. Úteis quando —num momento tão importante da História— o centro das preocupações esteja focado no que pode acontecer daqui a cinco, dez, vinte anos. Perigosos quando centrados em interesses casuísticos de grupos desejosos de tirarem vantagem no aqui e no agora da vida. Em lances do debate atual tenho visto gols de placa, mas também Butragueños marcando Maradonas. Isso é mau, pela certeza de que é possível, esquecidas as picuinhas, corrigir os defeitos. Um Marx futebolizado convoca os integrantes das profissões jurídicas: "Juristas do Brasil: não pipocai!"